

## GILBERTO AMADO E VICENTE LICÍNIO CARDOSO

Em 1924, editada por Álvaro Pinto ("Anuário do Brasil") aparecia no Rio de Janeiro uma importante obra coletiva intitulada **À Margem da História da República**, trazendo como subtítulo "Inquérito por escritores da geração nascida com a República". A organização do volume correu por conta de Vicente Licínio Cardoso e nele se inseriam algumas das melhores páginas para o conhecimento do pensamento político no Brasil. Nele colaboraram A. Carneiro Leão, Celso Vieira, Gilberto Amado, Jônatas Serrano, José Antônio Nogueira, Nuno Pinheiro, Oliveira Viana, Pontes de Miranda, Ronald de Carvalho, Alceu Amoroso Lima (ainda com pseudônimo de Tristão de Athayde), Tasso da Silveira e o próprio Vicente Licínio Cardoso. É extremamente oportuno reler, quase setenta anos depois, as páginas escritas num momento assás delicado da vida brasileira, ao impacto das muitas crises que a República, apenas em trinta anos, teve de enfrentar. Especialmente, se considerarmos que a "geração nascida com a República" já não mais existe. Seus autores desapareceram, mas a obra ficou. Apresentamos dois excertos de **À Margem da História da República**, um de Gilberto Amado, outro de Vicente Licínio Cardoso.

\*

## AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E O MEIO SOCIAL NO BRASIL

Gilberto AMADO

(...) Enquanto não se formar no Brasil pela preponderância das inteligências construtivas uma "elite" de diretores mentais que saibam menos discutir questões "jurídicas" e mais questões "políticas", que mostrem menos erudição de constitucionalistas americanos e mais conhecimento das realidades práticas do Brasil, uma "elite" conjugada ativa e energicamente em agremiações partidárias ou em torno de figuras excepcionais, de modo a suprir pelo influxo de sua ação as deficiências de um meio ainda incapaz de se dirigir a si próprio, enquanto não conseguir organizar os elementos de direção de uma sociedade que não sabe se guiar por si mesma, a confusão,

o tumulto, o malbaratamento de belas energias, o caos moral, político, administrativo, caracterizará o Brasil, será por muito tempo ainda a expressão de sua existência e a forma tumultuária da sua fisionomia de nação.

Por obra da nossa educação feita para além da realidade, mesmo nas assembléias políticas não é difícil assistir a uma discussão brilhantíssima quando se trata de questões de direito, de questões enfim sobre as quais já se hajam escrito na França, na Inglaterra ou nos Estados Unidos muitos livros onde a erudição seja fácil de encontrar. Mais difícil, porém, é deparar no meio de tantos espíritos "cultos" o traço de uma observação própria, o cunho de uma personalidade mental, o vinco de uma autonomia de ação que seja o sulco vivo por onde se afirme um caráter sincero, apaixonado pela verdade, e procurando-a pela experiência pessoal, pelo próprio esforço, aplicação e descortino.

Digo-o sem agravo a ninguém. Por isso é que temos, em nosso país, tantos juriconsultos e não temos um naturalista; tantos homens públicos e nos mingam os verdadeiros políticos. E não os poderíamos ter, porque as aptidões, como as flores raras, precisam ser cultivadas. Não podem surgir de um dia para outro, sem preparo prévio do solo do terreno, onde devem florir e brilhar. E o nosso sistema de educação se realiza fora da realidade e, sobretudo, fora e acima do Brasil. Por isso, leis, instituições, mundo político e social estão também fora e acima do Brasil. **O nosso trabalho deve ser, mantendo a República, torná-la, antes de tudo, brasileira.**

Resumindo: o Brasil de hoje mostra um aspecto semelhante ao que mostrava sob a Monarquia alguns anos antes da sua queda.

Assim como aqueles espíritos que, desesperados do parlamentarismo caruncho, apelavam para a República, para a Federação ou simplesmente para as "Reformas", nos últimos anos do segundo reinado, enxameiam hoje cidadãos sinceros que diante da realidade triste do Brasil, realidade que se não pode contemplar a olhos enxutos, procuram "sair disto" pelas reformas. Uns se contentam com a revisão simples da Constituição em certos artigos; outros reclamam uma reforma total que ressuscite o parlamentarismo para se conjugar, agora, em um canúbio arbitrário, com a federação, outros arrebatados mais longe, se precipitam até para a restauração da monarquia.

Mas, pergunto eu, diante do estado social do Brasil, é lícito acreditar que qualquer mudança das instituições possa influir decisivamente para a felicidade do país? É de crer que qualquer modificação nos textos da Constituição tenha efeito sobre um meio nas condições em que se acha o nosso?

Não sou, nem posso conceber que haja quem o seja, fetichista da imutabilidade dos códigos políticos. As constituições escritas não de sofrer as alterações que o tempo lhes deva imprimir. O fetichismo é atitude

de superstição não peculiar aos homens que pensam. Mas o que é evidente é que os elementos sociais da atualidade brasileira são os mesmos que existiam no fim da Monarquia, com algumas modificações, já assinaladas, em São Paulo e nos Estados do sul.

A Constituição republicana sobre o restante do país exerce a mesma ação nominal que exercia a monarquia. A ação política não pode deixar de exercer-se senão através de homens bem intencionados que possam suprir pela própria energia construtiva, atividade e patriotismo — no sentido do desinteresse pessoal e da capacidade de resistência às agitações improfícuas — as insuficiências de uma população ainda incapaz de exercer os seus direitos políticos e cumprir, como responsável pelos próprios destinos, os deveres cívicos que lhes incumbem. (pags. 76-78)

## À MARGEM DA REPÚBLICA

Vicente Licínio Cardoso

(...)

Impressionados com a “parada militar”, perturbados com a guerra civil subsequente e com a preponderância do elemento militar como governo nos primeiros anos do regime, quedaram-se os historiadores, medrosos e timoratos, sem coragem ou serenidade de explicar o ocorrido. E ninguém mostrou ainda, detalhadamente, a desorganização da riqueza agrícola a partir especialmente de 1883, época em que começou a diminuição violenta do braço escravo; ninguém discorreu com serenidade sobre a **cooperação republicana** dos maiores centros do país (São Paulo, Minas, Rio Grande, Estado do Rio, Bahia, Pernambuco), onde havia, senão partidos políticos perfeitamente organizados, pelo menos homens cultos que como professores, jornalistas ou oradores faziam a campanha e a propaganda republicana; ninguém traçou ainda o quadro largo dos **descontentes**, o **elemento amorfo** (com a gravidade de ser quase todo saído das hostes conservadoras) que não prestou nenhum apoio em defesa do trono, por isso que a emancipação havia deles tirado todo o estímulo pelo arrefecimento das energias vendo, aqueles descontentes, sem nenhuma remissão (com exceção dos fazendeiros de São Paulo que haviam recorrido à imigração e dos criadores dos estados do sul onde a escravidão fora precária) perdidas as suas riquezas, exauridos os seus cafezais sem braços que fizessem a colheita dos frutos na época propícia.

E por isso mesmo, os nossos historiadores ou evitam falar dos acontecimentos históricos da República, como Rocha Pombo e Euclides da